

Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1. Contexto operacional

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva do Poder Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, a União Federal poderá determinar, por decreto federal, a intervenção na Companhia, pelo prazo máximo de 180 dias, ao final do qual a concessão poderá ser extinta ou devolvida à Companhia. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 30 de setembro de 2017, a MRS estava em dia com o cumprimento das metas citadas acima.

A Administração da Companhia informa que parte relevante do capital circulante líquido negativo apresentado em 30 de setembro de 2017 refere-se a vencimentos de dívida concentrados no segundo semestre de 2017, sendo que 36% do capital circulante líquido decorrem de dividendos a pagar. A Companhia tem forte geração de caixa oriunda de suas atividades operacionais para cobertura das suas obrigações, bem como linhas de crédito para novas captações de recursos de longo prazo, via instituições financeiras ou mercado de capitais local, já previstas pela Companhia, conforme melhor detalhado na Nota 19 (d) das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016.

2. Apresentação das informações intermediárias

As informações trimestrais (ITR) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) — Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 — *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais — ITR e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As informações trimestrais para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 8 de novembro de 2017.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

3. Políticas contábeis

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, publicadas na Imprensa Oficial em 20 de março de 2017. Dessa forma, as informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis anuais.

Nenhum pronunciamento, interpretação ou orientação emitidos pelo CPC, vigentes a partir de 2017 tem impactos significativos para a Companhia.

3.1 - Normas novas que ainda não estão em vigor

As normas "IFRS 15/CPC 47 – Receita de contratos com clientes" e "IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros" foram emitidas pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e estarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A administração da Companhia está em processo de avaliação e ainda não concluiu os possíveis impactos trazidos pela adoção das novas normas.

4. Estimativas

Na elaboração das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: depreciação, provisões para processos judiciais e imposto de renda e contribuição social, detalhadas na Nota 3 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016. Embora a administração utilize premissas e julgamentos revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e bancos	3.021	23.530
Aplicações financeiras no país		
CDB	211.317	84.514
Operações compromissadas	318.449	188.055
	529.766	272.569
Caixa e equivalentes de caixa	532.787	296.099

O maior saldo final de caixa e equivalentes de caixa em 30 de setembro de 2017 em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2016 é explicado pela captação junto ao Banco de Tokyo, efetuada em maio de 2017, no valor de R\$ 244.905, na modalidade 4131.

As aplicações financeiras estão lastreadas em títulos emitidos por bancos no Brasil e possuem liquidez máxima de 53 dias, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

instituição financeira.

Essas aplicações são em CDB e as operações compromissadas lastreadas em debêntures, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, encontrando-se na faixa entre 98,00% e 102,30%.

6. Caixa restrito

O caixa restrito refere-se à aplicação financeira vinculada a parcela de curto prazo dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), relativos ao Financiamento a Empreendimentos (FINEM) e ao Documento de Utilização do Limite de Crédito (DULC), sendo parte da garantia da operação.

Esta aplicação, no montante de R\$52.412 (R\$49.065 em 31 de dezembro de 2016), está lastreada em debêntures (operação compromissada realizada com bancos no Brasil) com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

7. Contas a receber de clientes

		Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Clientes no país Perdas estimadas em crédito de	(a)	26.545	29.825
liquidação duvidosa	(b)	(1.106)	(1.106)
		25.439	28.719

- (a) Referem-se, basicamente, aos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário, incluindo tráfego mútuo e direito de passagem a receber de clientes que não são partes relacionadas.
- (b) O valor de R\$1.106 refere-se ao montante que a Companhia entende ser suficiente para representar a incerteza no recebimento dos valores a receber de clientes.

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, informados nesta Nota, são relativos a operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de penalidades por não execução dos volumes anuais programados, assim como ocorre com os demais clientes cativos.

Além dos contratos de serviços de transporte ferroviário de carga, a Companhia possui outros contratos com suas partes relacionadas referentes a serviços de manutenção e benfeitorias em terminais, venda de sucatas e manutenção em material rodante.

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Ativo

	Contas a receber		
	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016	
Vale S.A.	42.081	66.000	
Companhia Siderúrgica Nacional	17.529	25.842	
Mineração Usiminas S.A. (a)	172.454	186.178	
CSN Mineração S.A.	26.531	9.935	
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	3.832	3.859	
Gerdau S.A.	125	105	
Gerdau Açominas S.A.	4.792	2.329	
Gerdau Aços Longos S.A.	353	258	
Gerdau Aços Especiais	2	-	
Ferrovia Centro Atlântica	2.410	4.241	
Confab Industrial S.A.	<u>555</u>		
	270.664	298.747	
Circulante	125.544	144.115	
Não Circulante	145.120	154.632	

(a) Em 22 de janeiro de 2016, foi celebrado aditivo contratual entre a MRS, Mineração Usiminas S.A. "MUSA" e Usiminas através do qual as partes suspenderam por tempo indeterminado a execução dos contratos de transporte de minério de ferro. A MUSA assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados em expansão de capacidade para atendimento à demanda contratada a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos até então firmados. O valor será pago em 10 parcelas anuais de R\$31.546 perfazendo um total de R\$315.460, sem atualização. O valor presente do fluxo de pagamento é de R\$170.880 em 30 de setembro de 2017 sendo, R\$25.760 no circulante e R\$145.120 no não circulante. Em janeiro de 2017, a Companhia recebeu o montante de R\$31.546. O valor de R\$ 1.574 refere-se a prestação de serviço de transporte ferroviário.

Conforme mencionado na Nota 18 das Demonstrações Contábeis de 2016, a Companhia possui contrato de recebível com partes relacionadas dado como garantia a empréstimos.

O prazo médio de recebimento do contas a receber com partes relacionadas é inferior a 20 dias.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Passivo

	Passivo co relacio	-	Dividendos a pagar		
	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016	
Vale S.A.	-	-	20.727	10.364	
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	-	-	66.675	33.338	
Companhia Siderúrgica Nacional	33	1.245	37.444	18.722	
CSN Mineração S.A.	1	93	37.466	18.733	
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	17	17	-	-	
Gerdau S.A.	-	828	2.491	1.245	
Gerdau Açominas S.A.	14	5	-	-	
Usiminas Participações e Logística S.A.	-	-	21.159	10.580	
Gerdau Aços Longos S.A.	906	77	-	-	
Ferrovia Centro Atlântica (b)	17.384	17.069	-	-	
Sepetiba Tecon S.A.	819	-	-	-	
Mitsui & Co. Ltda (c)	17.275	-	-	-	
Outros			12.464	6.279	
	36.449	19.334	198.426	99.261	
Circulante	20.940	3.031	198.426	99.261	
Não Circulante	15.509	16.303	_	_	

⁽b) O valor de R\$17.384 (R\$1.875 no passivo circulante e R\$15.509 no passivo não circulante) refere-se, basicamente, a valores a serem reembolsados à Ferrovia Centro Atlântica pela execução do Projeto das Linhas 7 e 9 do Pátio de Areais, conforme Termo de Compromisso nº 001/2015, firmado entre a MRS e a Ferrovia Centro Atlântica.

⁽c) O valor de R\$17.275, refere-se a compra de 8 mil toneladas de trilhos, conforme contrato nº 48800 /MRS/2017.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Resultado

Período	de	nove	meses	find	โด

	Receita de serviços (d)		Outras	receitas	Receitas f	inanceiras
	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016
Vale S.A. (e)	1.285.532	1.258.888	84.108	114	-	-
Companhia Siderúrgica Nacional	241.060	162.616	123	570	52	619
Mineração Usiminas S.A. (f)	7.094	16.971	-	164.629	16.248	53.477
CSN Mineração S.A.	438.703	499.346	1.407	3.051	95	1.714
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	100.790	79.439	-	8	9	-
Gerdau S.A.	1.424	946	351	1.028	53	-
Gerdau Açominas S.A.	95.019	81.209	1.721	32	76	-
Gerdau Aços Longos S.A.	9.038	6.357	6.989	9.954	28	-
Gerdau Aços Especiais	101	-	-	-	2	-
Ferrovia Centro Atlântica	37.590	28.549	3.761	-	10	-
VLI Multimodal	122	772	-	29	4	-
Companhia Metalúrgica Prada	1	1	-	-	-	-
Usiminas Mecânica	-	-	-	3	-	-
Confab Industrial S.A.	2.055	110				
	2.218.529	2.135.204	98.460	179.418	16.577	55.810

Outras despesas operacionais

	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016
Vale S.A	-	104
Companhia Siderúrgica Nacional	-	46
Gerdau Açominas S.A.	-	492
Mitsui & Co. Ltda	178	-
Gerdau Aços Longos S.A.	2.945	953
Ferrovia Centro Atlântica	4.817	5.762
Sepetiba Tecon S.A.	4.245	8
	12.185	7.365

- (d) Apresentada bruta de impostos.
- (e) Do total de R\$84.108, R\$83.632 refere-se à venda de 17 (dezessete) locomotivas, conforme descrito na Nota 27.
- (f) O valor R\$164.629 em 30 de setembro de 2016 refere-se basicamente ao reconhecimento da suspensão do contrato mencionado na letra (a) desta mesma Nota.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

i miniares de reais, exceto quando de outra forma muicado

	Período de três meses findo					
	Receita de s	serviços (c)	Outras receitas		Receitas financeiras	
	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016
Vale S.A.	437.022	448.683	-	90	-	-
Companhia Siderúrgica Nacional	76.826	64.700	26	71	41	566
Mineração Usiminas S.A.	7.094	-	-	-	5.597	43.326
CSN Mineração S.A.	158.119	174.290	273	834	94	1.296
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	36.275	33.539	-	-	-	-
Gerdau S.A.	663	287	117	134	12	-
Gerdau Açominas S.A.	39.179	31.477	675	2	7	-
Gerdau Aços Longos S.A.	3.730	2.471	2.234	4.120	1	-
Gerdau Aços Especiais	67	-	-	-	1	-
Ferrovia Centro Atlântica	15.622	10.589	522	-	-	-
VLI Multimodal	-	-	-	-	4	-
Companhia Metalúrgica Prada	-	1	-	-	-	-
Confab Industrial S.A.	1.564	7				
	776.161	766.044	3.847	5.251	<u> 5.757</u>	45.188

Outras despesas operacionais

	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016
Vale S.A.	-	104
Gerdau Açominas S.A.	-	346
Mitsui & Co. Ltda	178	-
Gerdau Aços Longos S.A.	1.024	243
Ferrovia Centro Atlântica	2.012	2.051
Sepetiba Tecon S.A.	1.016	8
	4.230	2.752

Pessoal chave da administração

A remuneração devida/paga ao pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, está demonstrada a seguir:



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Período de nove	e meses findo	Período de três meses findo		
	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	
<u>Curto prazo</u>					
Honorários e encargos	4.084	3.835	1.635	1.411	
Bônus	5.374	5.598	3	4	
Outros benefícios	153	185	57	61	
Benefícios pós emprego					
Planos de previdência	276	256	93	87	
Longo prazo					
Incentivos de longo prazo	11.478	8.391	731	1.991	
	21.365	18.265	2.519	3.554	

9. Outras contas a receber

		Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Valores a receber concessão e arrendamento Títulos precatórios Redução ao valor recuperável de	(a) (b)	52.306 5.988	49.390 5.988
títulos precatórios Demais contas a receber	(b) (c)	(5.988) 1.837	(5.988)
		54.143	58.847
Circulante Não Circulante		1.258 52.885	8.879 49.968

(a) Vide Nota 9 das Demonstrações Contábeis de 2016. No 1º trimestre de 2017, a União interpôs recurso de agravo de instrumento, ao qual foi concedido efeito suspensivo para impedir a realização da perícia até o julgamento final do mencionado recurso pelo TRF/2. O agravo de instrumento foi julgado e provido pelo TRF/2 em 5 de julho de 2017, sendo proferida decisão dispensando a realização de perícia e determinando o envio dos autos ao Contador Judicial para que elabore os cálculos. Nos autos de primeira instância, em 5 de julho de 2017, foi proferida decisão definindo os parâmetros para realização dos cálculos e determinando a elaboração de novos cálculos pela Contadoria Judicial, em cumprimento à decisão do TRF. Contra a mencionada decisão, a União e a MRS opuseram recursos de embargos de declaração para que sejam esclarecidos alguns pontos dos parâmetros de realização dos cálculos. Aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração para remessa dos autos ao Contador Judicial.

Um dos principais pontos de divergência desse processo é o índice de correção monetária das condenações impostas à Fazenda Pública. A Companhia adota, em seus cálculos, para atualização do processo, o índice de correção da Tabela da Justiça Federal - IPCA_E e a União defende que a



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

atualização deve ser pela Taxa Referencial - TR, remuneração oficial da caderneta de poupança.

Concomitantemente ao andamento do processo acima descrito, no dia 20 de setembro de 2017, foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, o recurso extraordinário, em repercussão geral, que reconheceu a inconstitucionalidade do art. 1ºF da Lei 9.494/97 na parte em que prevê a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, eis que, de acordo com o Supremo Tribunal, a aplicação do respectivo índice "não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina".

Nesse novo contexto, a companhia entende que deverá ser mantido o critério de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública pela Tabela da Justiça Federal (IPCA_E) e a divergência nesse particular, nos autos da ação em referência, entre a União e a MRS, deverá restar superada, prevalecendo os parâmetros adotados pela MRS.

- (b) Refere-se ao saldo restante dos precatórios adquiridos pela Companhia em 2010 e utilizados em março de 2011 para quitar débitos à vista de ICMS RJ, deduzida da redução ao valor recuperável. Em 2016, a Companhia reavaliou a recuperabilidade desses títulos e provisionou a perda da totalidade do saldo restante.
- (c) Em setembro de 2017, os valores a receber são decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, aluguéis e outros valores não relacionados ao serviço de frete ferroviário. Em dezembro de 2016, somava-se a esse valor a restituição de contribuição previdenciária sobre o contrato de seguro saúde, recebido em fevereiro de 2017.

10. Estoques

		Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Materiais de manutenção	(a)	96.940	85.813
Materiais em processo de recuperação	(b)	2.925	1.269
Importações em andamento		365	1.025
Combustíveis		7.535	8.998
Outros		4.007	1.537
Provisão para perdas por obsolescência	(c)	(5.327)	(6.736)
		106.445	91.906

- (a) Referem-se aos materiais que serão utilizados em serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente.
- (b) Referem-se aos materiais de manutenção que serão recuperados a fim de serem utilizados novamente nos ativos da Companhia.
- (c) Referem-se a provisão para perda de determinados materiais de manutenção considerados obsoletos ou de baixa rotatividade.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

11. Tributos a recuperar

		Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Imposto sobre circulação de		<u> </u>	
mercadorias e serviços – ICMS	(a)	93.886	90.660
(-) Provisão para perda de ICMS	(a)	(31.100)	(31.100)
PIS/COFINS a recuperar	(b)	53.645	57.742
Imposto de renda retido na fonte	(c)	23.148	49.322
IRPJ/CSLL a compensar		511	511
Outros		204	225
		140.294	167.360
Circulante		91.074	107.852
Não circulante		49.220	59.508

⁽a) Referem-se, principalmente, aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis.

12. Despesas antecipadas

		Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Adiantamento arrendamento	(a)	160.548	165.115
Prêmios de seguros		6.707	11.858
Outras despesas antecipadas		6.359	7.815
		173.614	184.788
Circulante		20.796	24.699
Não circulante		152.818	160.089

⁽a) Os adiantamentos por arrendamento são apropriados ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de arrendamento (360 meses). A parcela do circulante compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias. Nos primeiros nove meses de 2017 o valor total amortizado foi de R\$6.615. Os detalhes da operação estão descritos na Nota 20.

⁽b) Referem-se, principalmente, aos créditos de bens do ativo fixo que se recuperam em 48 parcelas.

⁽c) Referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e sobre ganhos nas operações de derivativos - *swap*. Como os rendimentos são tributados apenas no resgate das aplicações e na liquidação dos *swaps*, este valor inclui a provisão de IR fonte dessas operações.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

13. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

		Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Depósitos judiciais	(a)	101.311	88.307
Adiantamentos a terceiros	(b)	14.335	7.452
Investimento audiovisual		283	551
		115.929	96.310
Circulante		14.335	7.452
Não circulante		101.594	88.858

- (a) Referem-se a depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir interposição de recurso, nos termos da lei. São atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. A distribuição está descrita na Nota 22.1.
- (b) Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores e colaboradores como adiantamento de férias, empréstimo de férias e outros adiantamentos.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

14. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Em 30 de setembro de 2017						Em 31 de dezembro de 2016
	Benfeitorias imóveis de terceiros	Locomotivas	Vagões	Imobilizado em curso	Outros	Total	Total
Custo							
Em 1º de janeiro	3.870.289	2.604.912	2.348.146	450.934	588.570	9.862.851	9.301.732
Adições Transferências /	-	-	-	488.329	-	488.329	607.937
Reclassificações Reversão (provisão) para	231.794	188.184	45.870	(459.946)	(5.902)	-	-
perda	290	-	-	-	-	290	12.358
Baixas	-	(73.082)	(15.723)	-	(967)	(89.772)	(59.176)
No final do período	4.102.373	2.720.014	2.378.293	479.317	581.701	10.261.698	9.862.851
Depreciação							
Em 1º de janeiro	(1.357.907)	(1.139.195)	(873.691)	-	(312.546)	(3.683.339)	(3.154.775)
Adições	(197.099)	(83.778)	(101.956)	-	(34.457)	(417.290)	(550.676)
Transferências	(1.387)	-	-	-	1.387	-	-
Baixas	-	29.071	11.847	-	655	41.573	22.112
No final do período	(1.556.393)	(1.193.902)	(963.800)	-	(344.961)	(4.059.056)	(3.683.339)
Valor residual líquido							
No final do período	2.545.980	1.526.112	1.414.493	479.317	236.740	6.202.642	6.179.512

A movimentação do imobilizado de 2016 encontra-se publicada na Nota 14 das demonstrações contábeis de 2016.

Baixas

Locomotivas

No dia 14 de outubro de 2016 a Companhia celebrou contrato de venda de 23 locomotivas modelo GE Dash-9 e peças para a Vale S.A., deste total, 17 (dezessete) foram entregues à Vale S.A. em no 1º trimestre de 2017, (6 (seis) no ano de 2016), causando um efeito negativo de R\$43.044 (R\$15.191 no ano de 2016) no imobilizado. O resultado da alienação das locomotivas no período foi de R\$40.588 (Nota 27).

<u>Vagões</u>

Do valor de R\$3.876, R\$1.288 deve-se a transferência de propriedade de 172 vagões da MRS para o DNIT/ANTT referente ao processo de substituição nº 50500.389980/2015-19 no 1º trimestre de 2017.

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados no período findo em 30 de setembro de 2017 foi R\$222 (R\$19 em 30 de setembro 2016). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 8,66% ao ano (10,76% em 30 de setembro de 2016), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia.



Em 31 de

Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, como também na compra de locomotivas e vagões que são transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

Revisão de vida útil

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus principais ativos. Conforme laudo técnico emitido pela EY CT Valuation, bem como publicação no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2016, a partir de janeiro de 2017 a vida útil de alguns ativos e componentes foram alteradas conforme tabela abaixo:

	20	D17	2016	
Grupos de ativos	%	Anos	%	Anos
Imóveis				
Benfeitorias em via permanente	10,00	10	9,09	11
Obras de arte especiais (Túnel, Viaduto e Ponte)	2,85	35	4,00	25

15. Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

		dezembro de 2016			
	Adiantamento concessão	Sistemas informatizados e software	Projetos em andamento	Total	Total
Custo					
Em 1º de janeiro	17.385	200.254	6.951	224.590	219.203
Adições	107	-	2.213	2.320	5.933
Transferências Provisão para baixa de	-	2.372	(2.372)	-	-
ativos	-	547	-	547	-
Baixas	-	(2.194)	-	(2.194)	-
No final do período	17.492	200.979	6.792	225.263	(546)
Amortização					224.590
Em 1º de janeiro	(8.926)	(179.734)	-	(188.660)	(176.123)
Adições	(334)	(7.386)	-	(7.720)	(12.537)
Baixas	-	1.737	-	1.737	-
No final do período	(9.260)	(185.383)	-	(194.643)	(188.660)
No final do período	8.232	15.596	6.792	30.620	35.930

A movimentação do intangível de 2016 encontra-se publicada na Nota 15 das demonstrações financeiras de 2016.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A parcela referente ao adiantamento da concessão (direito de outorga) é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
PPR – Plano de Participação nos		
Resultados / Bônus	51.702	67.303
Provisão para férias e 13º salário	47.888	30.023
Salários a pagar	15.544	27.423
INSS	15.329	13.349
FGTS	5.462	5.500
IRRF a pagar	2.839	3.379
Outros	10.603	12.692
	149.367	159.669

17. Obrigações fiscais

	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Imposto de renda	89.178	102.442
Contribuição social	18.179	24.425
ICMS	2.829	2.785
COFINS	18.999	14.287
PIS	3.650	2.752
Outros	3.157	3.918
	135.992	150.609



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Moeda nacional	,	
BNDES:	1.079.443	1.322.467
FINEM	652.589	763.937
DULC	286.912	361.424
FINAME	139.942	197.106
BDMG	10.102	15.860
FINEP	2.968	5.397
Instrumentos financeiros derivativos - swap	13.092	24.877
	1.105.605	1.368.601
Custos da transação	(1.765)	(2.037)
	1.103.840	1.366.564
Moeda estrangeira		
Banco de Tokyo	476.165	244.682
Ajuste de <i>hedge</i> de valor justo - Banco de	1, 0	
Tokyo	1.000	(721)
Ex-Im	41.125	63.456
	518.290	307.417
Custos da transação	(293)	(590)
	517.997	306.827
<u>Debêntures</u>		
5 ^a Emissão	102.332	214.721
6ª Emissão	311.018	302.617
7 ^a Emissao	675.241	673.063
	1.088.591	1.190.401
Custos da transação	(30.093)	(34.261)
,	1.058.498	1.156.140
	<u> </u>	
Arrendamento mercantil financeiro		
Equipamentos de informática	202	317
Equipumontos de imormation	202	
		317
Total de empréstimos e financiamentos +		
custo da transação	2.680.540	2.829.848
Circulante	772.827	653.491
Não circulante	1.907.713	2.176.357

A Companhia não realizou captações no 3º trimestre de 2017.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

As garantias dos empréstimos estão divulgadas na Nota Explicativa 18 às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 não tendo ocorrido alterações em relação à referida divulgação.

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

				Após	
	2018	2019	2020	2020	Total
FINAME	11.952	40.192	8.172	8.826	69.142
DULC	25.537	58.608	32.751	67.059	183.955
FINEM	37.479	149.916	142.714	171.509	501.618
Debêntures	100.000	100.000	-	650.880	850.880
BDMG	2.018	-	-	-	2.018
Banco de Tokyo	-	79.375	232.180	-	311.555
Ex-Im	6.851	6.851	-	-	13.702
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i>	-	-	504	-	504
Arrendamento financeiro	31				31
	183.868	434.942	416.321	898.274	1.933.405

Em 30 de setembro de 2017, os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	Circulante	Longo prazo				Total	
	De outubro de 2017 a setembro de 2018	De outubro a dezembro de 2018	2019	2020	Após 2020	Total	CP + LP
DULC	158	37	145	139	286	607	765
FINEM	245	60	237	233	215	745	990
FINAME	3	1	2	2	2	7	10
Debêntures	5.817	1.465	6.125	6.334	10.352	24.276	30.093
Ex-Im	236	57				57	293
	6.459	1.620	6.509	6.708	10.855	25.692	32.151

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros. As condições restritivas dos covenants permanecem inalteradas em relação a 2016 e todos os covenants foram atendidos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. As debêntures emitidas pela Companhia também possuem cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros bem como manutenção de rating mínimo de classificação de risco atribuível pela Standard and Poor's, e todos os covenants foram atendidos em 30 de setembro de 2017.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

19. Instrumentos financeiros

Operações com instrumentos financeiros

O cálculo do valor justo de aplicações (Equivalentes de caixa e Caixa restrito), é realizado da seguinte forma: para aplicações com carência inferior ou igual a 60 dias, considera-se o valor justo como sendo o próprio valor original. Caso a carência seja superior a 60 dias, calcula-se a rentabilidade pela taxa de juros contratada até o fim da carência, descontando-se, a seguir, por uma taxa mais elevada, equivalente a 110% da taxa contratada, o que representa uma penalidade pela eventual saída da aplicação no período de não liquidez.

Para os empréstimos e financiamentos que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública. Para os empréstimos e financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, que divergem dos seus valores justos:

	Em 30 de sete	mbro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Passivos Empréstimos e financiamentos em					
moeda estrangeira	518.290	518.712	307.417	308.517	
Total	518.290	518.712	307.417	308.517	

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.

Classificação dos instrumentos financeiros

A seguir apresentamos os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizados pela Companhia e sua respectiva classificação.



Em 31 de dezembro de 2016

Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017

Em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Derivativos usados para hedge	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Derivativos usados para <i>hedge</i>	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	532.787	532.787	-	-	296.099	296.099
Caixa restrito	-	-	52.412	52.412	-	-	49.065	49.065
Contas a receber Partes relacionadas	-	-	79.582 270.664	79.582 270.664	_	_	87.566 298.747	87.566 298.747
Ganhos em operações com			2/0.004	2/0.004			290.747	290./4/
instrumentos financeiros					_			_
derivativos – swap	59.151			59.151	85.522			85.522
Total	59.151		935.445	994.596	85.522		731.477	816.999
		Em 30 de se	etembro de 2017			Em 31 de de	ezembro de 2016	
		Valor				Valor		
	Derivativos usados para hedge	justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Derivativos usados para hedge	justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos	usados	justo por meio do	passivos	Total	usados	justo por meio do	passivos	Total
Fornecedores	usados	justo por meio do	passivos	Total 206.972	usados	justo por meio do	passivos	Total 241.261
Fornecedores Partes relacionadas	usados	justo por meio do	passivos financeiros		usados	justo por meio do	passivos financeiros	
Fornecedores Partes relacionadas Empréstimos e	usados	justo por meio do	passivos financeiros 206.972 36.449	206.972 36.449	usados	justo por meio do	passivos financeiros 241.261 19.334	241.261 19.334
Fornecedores Partes relacionadas	usados	justo por meio do	passivos financeiros 206.972	206.972	usados	justo por meio do	passivos financeiros 241.261	241.261
Fornecedores Partes relacionadas Empréstimos e financiamentos em R\$ Empréstimos e financiamentos em USD	usados	justo por meio do	passivos financeiros 206.972 36.449 1.092.515 517.290	206.972 36.449 1.092.515 517.290	usados	justo por meio do	241.261 19.334 1.343.724 308.138	241.261 19.334 1.343.724 308.138
Fornecedores Partes relacionadas Empréstimos e financiamentos em R\$ Empréstimos e financiamentos em USD Debêntures	usados	justo por meio do	passivos financeiros 206.972 36.449 1.092.515	206.972 36.449 1.092.515	usados	justo por meio do	passivos financeiros 241.261 19.334 1.343.724	241.261 19.334 1.343.724
Fornecedores Partes relacionadas Empréstimos e financiamentos em R\$ Empréstimos e financiamentos em USD	usados	justo por meio do	passivos financeiros 206.972 36.449 1.092.515 517.290	206.972 36.449 1.092.515 517.290	usados	justo por meio do	241.261 19.334 1.343.724 308.138	241.261 19.334 1.343.724 308.138
Fornecedores Partes relacionadas Empréstimos e financiamentos em R\$ Empréstimos e financiamentos em USD Debêntures Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos – swap	usados	justo por meio do	passivos financeiros 206.972 36.449 1.092.515 517.290	206.972 36.449 1.092.515 517.290	usados	justo por meio do	241.261 19.334 1.343.724 308.138	241.261 19.334 1.343.724 308.138
Fornecedores Partes relacionadas Empréstimos e financiamentos em R\$ Empréstimos e financiamentos em USD Debêntures Perdas em operações com instrumentos financeiros	usados para hedge - - - -	justo por meio do resultado	passivos financeiros 206.972 36.449 1.092.515 517.290	206.972 36.449 1.092.515 517.290 1.088.591	usados para hedge - - - -	justo por meio do resultado	241.261 19.334 1.343.724 308.138	241.261 19.334 1.343.724 308.138 1.190.401

Instrumentos financeiros derivativos

12.516

Total

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

2.955.909

2.941.817

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Conforme mencionado na Nota 2.7 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016. desde 1º de abril de 2016 a Companhia optou por designar um cross-currency swap para Hedge de Valor Justo, protegendo assim o valor justo do objeto de hedge, que no caso é a dívida contratada junto ao Banco de Tokyo em setembro de 2013. A Companhia adotou esta mesma forma de contabilização para a operação junto ao Banco de Tokyo, contratada em maio de 2017.

Desta forma, o resultado das operações de swap que em 30 de setembro de 2017 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$46.059 (R\$60.645 em 31 de dezembro de 2016), foram contabilizadas no resultado.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Companhia documentou tal relação de *hedge* como *Hedge* de Valor Justo após testes comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo do objeto de *hedge*.

A partir da designação do *swap* para *Hedge* de Valor Justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

	Objeto de <i>Hedge</i> de valor justo			
	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016		
Dívida	476.165	244.682		
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	1.000	(721)		
	Impacto no resultado financeiro			
	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016		
Receita financeira	Lingo de Setembro de 2017	Lin 30 de setembro de 2010		
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	1.405	(241)		
	1.495	(241)		
Despesa financeira				
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	(3.216)	(800)		
Resultado financeiro líquido	(1.721)	(1.041)		



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Derivativo designado para <i>Hedge</i> de Valor Justo	Valor de r (noci		Valor	justo
Tipo de contrato	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Contratos de <i>swap</i> Posição ativa				
Dólar Fixo	414.585	169.680	479.702	247.595
Posição passiva		,	.,,,	., .,
Real CDI (dólar fixo para real CDI)	414.585	169.680	(421.629)	(172.774)
Total dos contratos de <i>swap</i>			58.073	74.821
Provisão de IR sobre ganhos swap			(10.438)	(11.223)
Total dos contratos de $swap$ líquidos de IR			47.635	63.598
Classificados				
No ativo circulante			34.508	-
No ativo não circulante			24.643	85.522
No passivo circulante			(11.013)	(21.924)
No passivo não circulante			(503)	
			47.635	63.598



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Derivativos não designados	Valor de r (noci		Valor	justo
Tipo de contrato	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Contratos de <i>hedge</i>				
Posição ativa				
Dólar Fixo	35.129	62.701	34.841	62.350
Posição passiva				
Real CDI (dólar fixo para real CDI)	35.129	62.701	(36.417)	(65.303)
Total dos contratos de <i>hedge</i> líquidos de IR			(1.576)	(2.953)
Classificados				
No passivo circulante			(1.576)	(2.953)
			(1.576)	(2.953)

A Companhia conta apenas com instrumentos derivativos de *swap*. Para a ponta ativa do *swap*, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar, é calculado o valor pela taxa contratual até o vencimento e depois descontado pela taxa de cupom cambial correspondente ao prazo restante compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo é convertido pela taxa de câmbio atual.

Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI, calcula-se o valor até o vencimento aplicando este percentual. Em seguida, desconta-se este resultado à taxa de 100% do CDI até a data atual.

	Em 30 de setembro de 2017			Em 31	de dezemb	ro de 2016
Descrição	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos
Contratos de "swap"						
Posição ativa Moeda estrangeira	449.714	514.543	Dez/17 Até	232.381	309.945	Mar/17 Até
Posição passiva			Mai/20			Mar/19
Taxas (pós)	449.714	458.046		232.381	238.077	



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional Contratado (USD)	Valor Justo set/17 (R\$) Ativa	Valor Justo set/17 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*)
Contratos de s	wap							
Itaú	USD +	100% até	27/mar/17	26/dez/17	5.300	16.970	17.467	(497)
Santander	1,92%a.a. até 3,49%a.a.	108% do CDI	26/jun/17	26/mar/18	5.600	17.871	18.950	(1.079)
Banco de Tokyo	3,49 /0a.a.	CDI	18/set/13	15/mar/19	75.000	240.668	171.079	69.589
Banco de Tokyo			24/mai/17	17/mai/20	75.000	239.035	250.551	(11.516)
Total					160.900	514.544	458.047	56.497

(*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$ 10.438, totalizando uma posição líquida de derivativos de R\$ 46.059.

19.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$ 46.059 em 30 de setembro de 2017, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito) foram classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia.

Durante o 3º trimestre de 2017, não ocorreram transferências entre os níveis.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Em 30 de set de 201		Em 31 de dez de 201		
	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível	
Ativos (Passivos) Instrumentos financeiros derivativos ativos	59.151	2	85.522	2	
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(13.092)	2	(24.877)	2	
Caixa e equivalentes de caixa Caixa restrito Contas a receber e outras contas a	532.787 52.412	2 2	296.099 49.065	2	
receber	79.582	(*)	87.566	(*)	
Partes relacionadas	270.664	(*)	298.747	(*)	

^(*) Para estes instrumentos financeiros não há classificação de nível na hierarquia do valor justo.

19.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os objetivos e políticas para gestão de risco financeiro são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

19.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

As políticas de utilização dos instrumentos financeiros derivativos são as mesmas que aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

19.4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição.

A Companhia possui passivos relevantes atrelados a taxas de juros locais pós-fixadas como CDI, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e IPCA.

Os riscos associados ao CDI, à TJLP e ao IPCA são avaliados por análise de sensibilidade, na qual as taxas são aumentadas em 25% (cenário I) e 50% (cenário II) em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil e a TJLP em 30 de setembro de 2017.

Na tabela abaixo, é possível notar que, na data-base de 30 de setembro de 2017, o aumento de 50% tanto do CDI quanto da TJLP (cenário II), representa uma perda inferior a 5% de aumento da Posição Passiva Líquida, aproximadamente, R\$34.727 (R\$60.350 em 31 de dezembro de



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

2m mmur so ue reuro, enveto quando de outra rorma matema

2016), quando comparado ao cenário provável, motivo pelo qual a Companhia decidiu não utilizar instrumentos derivativos para minimizar esta exposição.

Em milhões de reais

	Base			
	2017	Provável	Cenário I	Cenário II
CDI	8,14%	6,93%	8,66%	10,40%
TJLP	7,00%	7,00%	8,75%	10,50%
IPCA	2,46%	2,81%	3,51%	4,22%
<u>Passivo</u>	1.975,2	2.057,7	2.085,7	2.112,6
Dívida em TJLP	418,5	421,3	429,4	436,4
Dívida em CDI	413,4	442,0	449,2	456,3
Dívida em IPCA	685,3	704,6	709,4	714,2
Ponta Passiva de <i>Swap</i> em CDI	458,0	489,8	497,7	505,7
Ativo	582,2	622,5	632,6	642,7
Aplicações	582,2	622,5	632,6	642,7
Posição Líquida Descoberta	1.393,0	1.435,2	1.453,1	1.469,9

	Valor contábil			
	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016		
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros	1.182.388	793.992		
	1.182.388	793.992		
Instrumentos de taxa pós fixada				
Ativos financeiros	585.198	345.164		
Passivos financeiros	1.517.007	2.047.867		
	2.102.205	2.393.031		

(b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano, que encerrou o trimestre findo em 30 de setembro de 2017 com variação negativa de 4,24% (16,87% em 31 de dezembro de 2016).



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Ativos em moeda estrangeira		
Importações em andamento	907	1.025
Adiantamento a fornecedores	83	-
Instrumentos financeiros de swap	514.544	309.945
	515.534	310.970
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores Empréstimos e financiamentos e ponta	(39.674)	(18.505)
passiva	(518.290)	(307.417)
	(557.964)	(325.922)
Exposição líquida	(42.430)	(14.952)

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito dos derivativos mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 30 de setembro de 2017 e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia. O primeiro passo foi a identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que se resumiu à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 30 de setembro de 2017 e os juros acumulados no período. Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco.

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio do final de 2017 divulgada no último Relatório Focus — Bacen anterior ao fechamento do período. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

A tabela abaixo representa a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para o ano de 2017.

Risco de apreciação do Dólar - 2017

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge</i> - Ponta Ativa de <i>Swap</i>	(11,0)	125,9	251,7
Dívida em US\$	11,1	(126,8)	(253,6)
Risco Líquido da Operação aumento US\$	0,1	(0,9)	(1,9)



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em minures de reals; execto quando de outra forma matedato

	Exposição	Exposição provável	Real	Taxa esperada	Imp	acto
	(R\$ milhões)	(R\$ milhões)			25%	50%
Ponta Ativa de <i>Swap</i>	515	503	3,1680	3,10	3,88	4,65
Dívida em Dólar Ponta Passiva	(518)	(507)	3,1680	3,10	3,88	4,65

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

(c) Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Caixa e equivalentes de caixa	532.787	296.099
Caixa restrito	52.412	49.065
Contas a receber e outras contas a receber	79.582	87.566
Partes relacionadas	270.664	298.747
Instrumentos financeiros derivativos – swap	59.151	85.522
Total	994.596	816.999

(i) Contas a receber

A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são suas partes relacionadas (Nota 8), representando, em 30 de setembro de 2017, 77,15% do contas a receber total (77,33% em 31 de dezembro de 2016).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas "cativas" e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços.

Para os clientes com transporte de cargas não "cativas", a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar na suspensão temporária da prestação do serviço.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às aplicações financeiras que realiza, tendo em vista o risco de insolvência das instituições na qual a Companhia mantém suas aplicações, que pode implicar na perda total ou parcial dos recursos aplicados. Em 30 de setembro de 2017, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 532.787 (R\$296.099 em 31 de dezembro de 2016), que estavam alocados em conta corrente ou em aplicações em CDB ou em operações compromissadas que possuíam compromisso formal de recompra pelas instituições financeiras.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(d) Risco de liquidez

A operação da Companhia é intensa em capital e parte desse investimento é financiado por empréstimos e financiamentos. Esta alavancagem, conforme demonstrada no quadro abaixo, gera uma demanda por caixa, sendo certo que o investimento da Companhia possui elevada resiliência, ou seja, sendo possível ajustá-lo ao longo do exercício conforme a evolução dos negócios.

A posição atual de caixa da Companhia é considerada robusta e conta, ao longo do ano de 2017, com o reforço tanto da forte geração de caixa, quanto por novas captações de longo prazo via mercado financeiro e BNDES, estando estes movimentos já direcionados internamente e estrategicamente distribuídos tanto no primeiro como no segundo semestre de 2017. Tais recursos farão frente a parte do montante estimado de investimentos para o ano.

A Companhia conta, atualmente, com linhas de financiamento de longo prazo já aprovadas junto a instituições financeiras relevantes. Entretanto, em virtude de posição de caixa considerada confortável e resiliente geração de caixa, a Administração avalia internamente o melhor momento para tais captações.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2017 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

		Fluxo de Caixa não Descontado							
	30 de setembro de 2017	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos			
Passivos (Ativos) financeiro	s não derivati	vos							
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	2.657.266	365.562	353.587	457.177	1.203.089	277.851			
Passivos (Ativos) financeiro	s derivativos								
Swaps utilizados para hedge (USD)	(46.059)	(10.605)	(14.795)	(9.060)	(11.599)	-			
		Flu	xo de Caixa n	ão Desconta	do				
	31 de dezembro de 2016	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos			
Passivos (Ativos) financeiro	s não derivati	vos							
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	2.791.025	193.624	390.731	714.558	943.522	548.590			
Passivos (Ativos) financeiro	s derivativos								
Swaps utilizados para hedge (USD)	(60.645)	2.944	10.971	10.962	(85.522)				

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na Nota 18 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do período é apresentada a seguir:

	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Total do passivo	4.166.940	4.269.997
(-) Caixa e equivalente de caixa	532.787	296.099
(-) Caixa restrito	52.412	49.065
Dívida líquida	3.581.741	3.924.833
Total do patrimônio líquido	3.597.200	3.302.808
Relação da dívida sobre o capital	0,9957	1,1883

20. Concessão e arrendamento a pagar

	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Concessão a pagar	6.468	6.810
Arrendamento a pagar	122.902	129.381
	129.370	136.191
Circulante	66.995	67.803
Não circulante	62.375	68.388

Referem-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento incorridos até esta data. As obrigações do passivo circulante são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

Os contratos de concessão e arrendamento têm natureza executória e preveem que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento da malha e dos bens destinados à prestação desses serviços, a Companhia pagará o total em 116 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 30 de setembro de 2017 restavam 36 parcelas trimestrais de R\$83.298, totalizando o montante de R\$2.998.728. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 30 de setembro de 2017, com base no último índice contratual, IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O fluxo de pagamentos futuros de concessão e arrendamento é como segue:

			Mais de 5	
	2017	Em até 5 anos	anos	Total
Concessão	4.158	83.166	62.616	149.940
Arrendamento	79.008	1.580.154	1.189.626	2.848.788
	83.166	1.663.320	1.252.242	2.998.728

Em outubro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento da 81ª parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$83.298.

21. Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

	Período de no	ve meses findo	Período de três meses findo		
	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	
Lucro antes do imposto de renda e					
da contribuição social	600.563	558.178	222.376	171.144	
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:	204.191	189.781	75.608	58.189	
Ajustes para refletir a alíquota					
efetiva:	3.066	4.883	1.375	(923)	
Ajuste de estoque	625	1.452	514	135	
Despesas com doações	(99)	4.374	(29)	50	
Perda com investimento audiovisual	91	94	30	-	
Despesa com projeto empresa cidadã	265	236	33	60	
Bônus da diretoria executiva Incentivos fiscais (PAT, Rouanet, FIA,	3.634	2.435	800	-	
Esporte e Audiovisual)	(4.300)	(4.305)	(1.607)	(1.428)	
Outros	2.850	597	1.634	260	
IRPJ/CSLL no resultado do período	207.257	194.664	76.983	57.266	
Corrente	227.720	206.476	87.949	60.394	
Diferido	(20.463)	(11.812)	(10.966)	(3.128)	
IRPJ/CSLL no resultado do período					
TRI 0/ COLL no resultado do periodo	207.257	194.664	76.983	<u>57.266</u>	
Alíquota fiscal efetiva total	34,51%	34,87%	34,62%	33,46%	

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Ativo		
Provisão contingências	110.303	105.952
Provisões diversas	21.175	22.577
Provisão perda ativos	5.634	6.000
Provisão perda ICMS	10.574	10.574
Passivo plano de saúde	1.218	1.088
Outros	90	86
Total ativo	148.994	146.277
Passivo		
Depreciação	246.411	245.589
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	100.663	109.374
Capitalização de juros	24.450	26.483
Instrumentos financeiros derivativos - swap	17.255	23.711
P&D depreciação acelerada 2008 / 2009 /		
2012 Lei 11.196/05	6.140	7.561
Ganho passivo atuarial plano de saúde	3.179	3.348
Outros	365	396
Total passivo	398.463	416.462
Total líquido	249.469	270.185

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

O valor de R\$398.463 (R\$416.462 em 31 de dezembro 2016) referente ao passivo diferido contempla a parcela de desconstituição (amortização) dos ajustes decorrentes do RTT – Regime Tributário de Transição. Em virtude desses ajustes a Companhia constituiu IRPJ/CSLL diferido das diferenças entre o resultado societário e fiscal, no valor de R\$241.001, o qual está sendo desconstituído pelo prazo remanescente do contrato de concessão conforme regras prescritas nos artigos 69 da Lei 12.793/14 e 174 da Instrução Normativa RFB nº 1515/14.

O valor amortizado no ano de 2017 foi de R\$15.168 (R\$20.224 em 2016), perfazendo um saldo de R\$185.386 em setembro de 2017 (\$200.553 em dezembro de 2016).



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Em 1º Janeiro	270.185	324.141
Provisão contingências	(4.351)	(22.665)
Provisões diversas	1.402	24.524
Provisão plano de saúde	(130)	(225)
Provisão perda ativos	366	2.280
Provisão perda ICMS	-	(1.382)
Depreciação	822	14.715
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	(8.711)	3.947
Capitalização de juros	(2.033)	(2.596)
Instrumentos financeiros derivativos - swap	(6.456)	(69.843)
Ganho passivo atuarial plano de saúde	(169)	(337)
P&D depreciação acelerada		
2008/2009/2012 Lei 11.196/05	(1.421)	(2.362)
Outros	(35)	(12)
No final do período	249.469	270.185

22. Provisões

As provisões estão compostas da seguinte forma:

		Em 30 de setembro de 2017	Em 31 de dezembro de 2016
Provisões para contingências	22.1	324.310	311.623
Provisões para benefícios pós emprego	22.2	4.012	3.616
Provisão ILP (Incentivos de Longo Prazo)		11.478	11.656
Provisões para acidentes ferroviários		3.165	1.779
Outras provisões		22.364	18.657
		365.329	347.331
Circulante		26.674	24.664
Não circulante		338.655	322.667

22.1 Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas estão registradas no passivo não circulante e estão compostas como segue:



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total de passivos provisionados
Em 31 de dezembro de 2015	66.655	69.927	108.379	244.961
Adições	65.146	15.478	-	80.624
Atualizações	18.441	28.666	15.934	63.041
Baixas	(37.151)	(39.852)	-	(77.003)
Em 31 de dezembro de 2016	113.091	74.219	124.313	311.623
Adições	40.529	2.233	890	43.652
Atualizações	5.258	8.677	5.839	19.774
Baixas	(30.245)	(16.732)	(3.762)	(50.739)
Em 30 de setembro de 2017	128.633	68.397	127.280	324.310

Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, e que ainda encontram-se pendentes, o impacto futuro esperado em caixa esta composto como segue:

		Em 30 de setembro de 2017				
		Quantidade de ações	Valor envolvido	Provisão (*)	Depósitos	Valor líquido
Previdenciárias e trabalhistas	(a)	1.677	417.961	128.633	(54.310)	74.323
Cíveis	(b)	1.017	449.735	68.397	(18.330)	50.067
Fiscais	(c)	207	548.255	127.280	(26.576)	100.704
Ambientais	(d)	10	777	-	(2.095)	(2.095)
Outras	(e)	5				_
		2.916	1.416.728	324.310	(101.311)	222.999

(*) Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

		Em 31 de dezembro de 2016				
		Quantidade de ações	Valor envolvido	Provisão (*)	Depósitos	Valor líquido
Previdenciárias e trabalhistas	(a)	1.763	397.418	113.091	(46.698)	66.393
Cíveis	(b)	1.070	487.404	74.219	(15.601)	58.618
Fiscais	(c)	189	593.461	124.313	(24.004)	100.309
Ambientais	(d)	10	777	-	(2.004)	(2.004)
Outras	(e)	5				
		3.037	1.479.060	311.623	(88.307)	223.316

(a) Previdenciárias e trabalhistas

As ações previdenciárias e trabalhistas pleiteiam, em sua maioria, a cobrança de horas extraordinárias, parcelas indenizatórias, adicional noturno, intervalo intrajornada, equiparação salarial e adicionais de periculosidade e insalubridade.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em 30 de setembro de 2017, o valor total das causas trabalhistas era de R\$417.961 (R\$397.418 em 31 de dezembro de 2016). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado R\$128.633 (R\$113.091 em 31 de dezembro de 2016), considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações.

O aumento de R\$40.529 (novos processos e atualização monetária) deve-se, principalmente, às mudanças de prognóstico e aos resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período. Sendo que a maior adição por processo foi no valor de R\$1.454.

Da mesma forma, as baixas de provisão no período perfazem um total de R\$30.245, dos quais o valor de R\$26.987 se refere às reduções por mudanças de prognóstico e pagamentos de execuções de processos ainda em andamento.

Outrossim, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui uma contingência de R\$133.467 para processos com estimativa de perda possível, os quais não constituem provisão, uma vez que, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, apenas os processos com estimativa de perda provável são provisionados.

(b) Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 1.017 ações, onde figura como ré em 940 e como autora/confrontante/interessada em 77.

As ações em que a Companhia figura como ré, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários; paralisação de tráfego ferroviário em Conselheiro Lafaiete (MG); legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio; contratos de concessão e arrendamento, Ações Civis Públicas e ações envolvendo o Clube de Investimento dos Ferroviários da Malha Sudeste – SUDFER. O valor total envolvido nas referidas ações, em 30 de setembro de 2017, era de R\$408.733, (R\$409.985 em 31 de dezembro de 2016). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$68.273, (R\$74.103 em dezembro de 2016), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável.

As ações em que a Companhia figura como autora/confrontante/interessada, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade contratual, ações de cobrança pelo uso da faixa de domínio, usucapião e reintegração de posse. O valor total envolvido nas referidas ações, em 30 de setembro de 2017, era de R\$41.002 (R\$77.419 em 31 de dezembro de 2016).

O aumento de R\$2.233 ocorrido no período deve-se principalmente a adições decorrentes de decisões condenatórias modificativas do valor originalmente provisionado proferido durante o período. A maior adição por processo foi no valor de R\$845.

Foram realizadas baixas de provisão no período, totalizando R\$16.732, correspondentes basicamente a mudança de prognóstico de perda das ações e ajustes decorrentes da adequação de valores de provisão às decisões modificativas proferidas posteriormente à constituição da provisão. A maior baixa por processo foi no valor de R\$1.170.

A Companhia é parte em outros processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constitui provisão, uma vez que o prognóstico de perda foi classificado como possível. As contingências com prognóstico de perda possível em 30 de setembro 2017 se referem, principalmente, a ações de indenização decorrentes de acidentes ferroviários.

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$1.000 por sinistro.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(c) Fiscais

No âmbito fiscal, a Companhia é parte em 207 processos administrativos e judiciais, sendo autora em 85 processos e ré em 122 processos. O valor total envolvido nestes processos, em 30 de setembro de 2017, era de R\$548.255, dos quais R\$143.490 são discutidos em demandas em que a Companhia é autora e R\$404.765 são envolvidos em demandas nas quais a Companhia é ré. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui R\$127.280 provisionados.

Os processos fiscais em curso versam, em sua maioria, sobre o questionamento da exigência de recolhimento (i) de glosa de créditos de ICMS incidente sobre bens de uso e consumo, no Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo; (ii) de IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA; (iii) de PIS e COFINS sobre a importação de bens (trilhos e locomotivas), decorrentes do direito ao enquadramento da Companhia dentre os beneficiários do REPORTO (importação com a suspensão do PIS e da COFINS); (iv) de PIS e COFINS sobre a partilha de fretes a pagar (receita de terceiros incluída em nosso faturamento); (v) de SAT incidente sobre a remuneração paga aos empregados no período de 1996 a 2011; e (vi) multa administrativa aplicadas por motivo de realização de obras na linha férrea, no Município de Barra Mansa.

(d) Ambientais

A Companhia é parte em 10 ações cujo objeto versa sobre matéria ambiental. Em 30 de setembro de 2017, o valor total envolvido nas referidas ações judiciais era de R\$777. O prognóstico de perda de todos os processos é considerado 'possível' pelos consultores jurídicos, não sendo, portanto objeto de provisão.

(e) Outras

A Companhia tem 5 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) firmados e vigentes, sendo dois decorrentes de matéria trabalhista, dois de matéria cível e um de matéria ambiental. Os TACs de matéria trabalhista visam (i) garantir aos dirigentes sindicais o pleno exercício das atividades que tem por objeto a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional e (ii) o preenchimento do percentual de empregados com deficiências estabelecido pelo art. 93 da Lei 8.213/91. Na área cível, temos dois TACs: um deles versa sobre a construção de passarelas e viadutos sobre a linha férrea, no município de Congonhas/MG e o outro TAC versa sobre a reforma na estação de São José dos Campos. O TAC de matéria ambiental contempla os serviços de plantio e manutenção de muda de árvores nativas da mata atlântica em Juiz de Fora/MG. Para tais casos não foram constituídas provisões.

22.2 Provisões para benefícios pós emprego

	de 2017	de 2016
Plano de previdência complementar	50	50
Plano de assistência médica	3.962	3.566
	4.012	3.616



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e a Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$1.791 no 3º trimestre de 2017 (R\$1.760 no 3º trimestre de 2016) e R\$5.413 de janeiro a setembro deste mesmo ano (R\$5.243 de janeiro a setembro de 2016), as quais foram registradas como despesa do período.

Em 30 de setembro de 2017, existiam passivos em nome da Companhia, decorrentes do plano de previdência complementar no valor de R\$50 (R\$50 em 31 de dezembro de 2016), as quais foram devidamente provisionadas e estão registradas no passivo não circulante.

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.

Em 30 de setembro de 2017, o plano contava com 16.429 vidas na Bradesco Saúde e 600 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 17.029 vidas.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$ 9.623 no 3° trimestre de 2016 (R\$8.569 no 3° trimestre de 2016) e R\$26.344 de janeiro a setembro deste mesmo ano (R\$24.789 de janeiro a setembro de 2016).

Em 30 de setembro de 2017, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de saúde no valor de R\$3.962 (R\$3.566 em 31 de dezembro 2016), os quais foram devidamente provisionados no passivo não circulante.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Itaú Seguros. No 3º trimestre de 2017 a Companhia contribuiu com R\$160 e com R\$568 de janeiro a setembro de 2016 (R\$260 no 3º trimestre de 2016 e com R\$618 de janeiro a setembro de 2016) com seguro de vida de seus funcionários.

23. Patrimônio líquido

(a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$1.597.362 (R\$1.487.756 em 31 de dezembro de 2016), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais classes "A" e "B".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital autorizado é de R\$2.500.000.

Ainda, de acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

Em 30 de setembro de 2017, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital Total	
Acionista	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	20,00%	74.301.916	48,99%	111.968.442	32,93%
Companhia Siderúrgica Nacional	26.611.282	14,13%	36.765.916	24,24%	63.377.198	18,64%
CSN Mineração S.A.	25.802.872	13,70%	37.536.000	24,75%	63.338.872	18,63%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	19,92%	342.805	0,23%	37.856.455	11,13%
Vale S.A.	36.270.703	19,26%	769.304	0,51%	37.040.007	10,89%
Gerdau S.A.	4.460.128	2,37%	0	0,00%	4.460.128	1,31%
Railvest Investments	14.747.620	7,83%	0	0,00%	14.747.620	4,34%
Minoritários	5.259.906	2,79%	1.951.372	1,29%	7.211.278	2,12%
	188.332.687	100,00%	151.667.313	100,00%	340.000.000	100,00%

(b) Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das assembléias gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(c) Reserva de lucros – reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2017, o saldo da Reserva Legal era de R\$246.222 (R\$246.222 em 31 de dezembro de 2016).

(d) Reserva de lucros – reserva para investimentos

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 8 de março de 2017, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$109.606 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores e proposta à AGO a retenção dos lucros acumulados remanescentes para expansão no valor de R\$198.334, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Em 30 de setembro de 2017, o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$1.351.139 (R\$1.351.139 em 31 de dezembro de 2016).

(e) Dividendo Adicional proposto

Em 24 de abril de 2017, foi aprovado em AGO, o pagamento de dividendos correspondentes aos dividendos adicionais propostos no valor de R\$99.167, relativos ao exercício de 2016. O valor que estava destinado em 31 de dezembro de 2016 foi transferido do patrimônio líquido para o passivo circulante, rubrica "Dividendos e JCP a Pagar".

(f) Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se aos ganhos atuariais do plano de saúde, apurados em conformidade com o CPC 33 (R1).

	Ganhos atuariais	IRPJ/CSLL	Total
Em 31 de dezembro de 2015	12.296	(3.684)	8.612
Adições	-	-	-
Baixas	(31)	337	306
Em 31 de dezembro de 2016	12.265	(3.347)	8.918
Adições	-	-	-
Baixas		253	253
Em 30 de setembro de 2017	12.265	(3.094)	9.171

24. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais, exceto valores por ação):



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Período de nove meses findo		Período de três meses findo		
	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	
Numerador					
Lucro líquido do período	393.306	363.514	145.393	113.878	
Denominador					
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333	188.333	188.333	
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076	82.076	82.076	
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591	69.591	69.591	
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1	1,1	1,1	
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas	166.834	166.834	166.834	166.834	
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167	355.167	355.167	
Lucro básico por ação ordinária	1,11	1,02	0,41	0,32	
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1	1,1	1,1	
Lucro básico e diluído por ação preferencial - A	1,22	1,13	0,45	0,35	
Lucro básico e diluído por ação preferencial - B	1,22	1,13	0,45	0,35	



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

25. Receita dos serviços prestados

	Período de nove meses findo		Período de três meses findo		
	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	
Receita operacional bruta					
Serviços de transporte	2.182.201	2.070.524	748.785	749.142	
Partilha de fretes Receitas acessórias de	108.564	89.992	43.386	32.914	
transporte	579.042	574.247	204.214	202.025	
	2.869.807	2.734.763	996.385	984.081	
(-) Deduções sobre vendas					
ICMS	(95.170)	(84.301)	(31.770)	(31.148)	
COFINS	(117.236)	(114.819)	(43.640)	(41.184)	
PIS	(25.453)	(24.928)	(9.475)	(8.941)	
INSS	(43.115)	(41.099)	(14.964)	(14.788)	
ISS	(18)	(48)	(3)	(7)	
	(280.992)	(265.195)	(99.852)	(96.068)	
Receita líquida	2.588.815	2.469.568	896.533	888.013	



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

26. Despesas por natureza

		Período de nove meses findo		ês meses findo
	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016
Combustíveis/lubrificantes	(378.032)	(412.925)	(130.363)	(144.409)
Depreciação/amortização	(422.729)	(415.968)	(142.114)	(140.540)
Gasto com pessoal	(409.913)	(393.074)	(129.143)	(135.675)
Custo da concessão/arrendamento	(228.344)	(222.992)	(75.078)	(81.051)
Serviços de terceiros	(178.747)	(153.774)	(67.074)	(54.884)
Insumos/outros materiais	(107.530)	(104.004)	(36.325)	(39.002)
Crédito presumido ICMS MG	45.891	48.931	15.572	16.614
Partilhas de fretes Perdas estimadas em crédito de	(71.584)	(59.368)	(29.090)	(22.286)
liquidação duvidosa	(115)	(2.404)	(119)	(2.404)
Custos acessórios de transporte Aluguel veículos e equipamentos	(19.121)	(22.119)	(6.301)	(7.663)
operacionais	(10.928)	(9.587)	(4.037)	(3.656)
Seguros	(7.795)	(8.739)	(2.521)	(2.878)
Honorários da administração	(2.551)	(2.349)	(1.077)	(884)
Outros	(49.992)	(41.162)	(9.619)	(6.960)
	(1.841.490)	(1.799.534)	(617.289)	(625.678)
Custo dos serviços prestados	(1.695.291)	(1.635.014)	(569.817)	(573.276)
Despesas com vendas	(8.383)	(10.269)	(2.889)	(5.373)
Despesas gerais e administrativas	(137.816)	(154.251)	(44.583)	(47.029)
	(1.841.490)	(1.799.534)	(617.289)	(625.678)



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

27. Outras receitas e outras despesas operacionais

	Período de nove meses findo		Período de três meses findo	
	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016
Outras receitas operacionais				
Receitas alternativas	18.105	31.336	5.084	10.527
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)	14.030	14.748	4.559	5.735
Multas contratuais (a)	3.492	167.570	448	1.113
Seguros Prostoción do comiscos o torcoinos	968	876	717	336
Prestação de serviços a terceiros Receita na venda de imobilizado (b)	2.638 83.632	1.702	670	891
Reversão de provisão para perda de ativos circulantes Reversão de provisão para perda de ativos não	1.409	4.506	1.409	-
circulantes	546	-	-	-
Reversão provisão para doação de ativos	290	12.852	83	-
Outras receitas	5.800	2.678	1.267	519
	130.910	236.268	14.237	19.121
<u>Outras despesas operacionais</u>				
Provisões para contingências	(4.470)	(9.627)	(2.557)	(24.358)
Outras (provisões) reversões passivas	1.278	28	1.081	333
Perda tributos	(30.870)	(32.193)	(8.867)	(10.777)
Impostos sobre vendas e outras receitas	(3.966)	(22.522)	(1.044)	(1.561)
Demais despesas tributárias	(8.709)	(9.915)	(3.338)	(3.719)
Execuções por perdas processuais	(18.890)	(48.404)	(3.304)	(5.818)
Custo das receitas alternativas	(2.119)	(4.219)	(627)	(1.313)
Convênio com municípios Custo na venda de materiais (sucata/excesso	(3.171)	(3.527)	(1.033)	(1.334)
estoque)	(703)	(1.236)	(28)	(26)
Custo prestação de serviços a terceiros	(789)	(516)	(354)	(86)
Doações	-	(12.866)	-	(147)
Baixa de ativo imobilizado (c)	(48.656)	(790)	(2.648)	(552)
Ajuste/baixa de estoque Despesas patrocínio (Lei Rouanet/FIA/Esporte)	(1.752)	(3.976) (800)	(1.429)	(398)
Projeto empresa cidadã	(1.712)		(810)	(339)
Indenizações ao Poder Concedente	(1./12)	(2.313)	(610)	(727)
-	(00)	(533)	-	(485)
Outras despesas	(5.388)	(11.135)	(1.302)	(4.593)
	(129.917)	(164.544)	(26.260)	(55.900)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	993	71.724	(12.023)	(36.779)



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(a) Vide nota explicativa no 8.

- (b) O valor de R\$83.632 refere-se à venda de 17 (dezessete) locomotivas para Vale, conforme Nota 8.
- (c) Do montante de R\$48.655, R\$43.044 refere-se ao valor residual das 17 (dezessete) locomotivas vendidas para Vale, conforme Nota 14.

28. Receitas e despesas financeiras

	Período de nove meses findo		Período de três meses findo		
	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	
Receitas financeiras					
Variação cambial e monetária	55.222	206.568	37.185	24.183	
Instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	72	
Rendimentos s/ aplicações financeiras	27.560	47.999	10.470	16.262	
Juros	3.139	4.934	794	1.138	
Ajuste a valor presente de contas a receber	16.248	-	5.597	-	
Outras receitas financeiras	3.269	18.030	1.329	7.299	
	105.438	277.531	<u>55·375</u>	48.954	
<u>Despesas financeiras</u>					
Variação cambial e monetária	(61.276)	(139.335)	(17.185)	(39.267)	
Juros	(133.040)	(172.359)	(40.885)	(56.236)	
Instrumentos financeiros derivativos - swap	(34.401)	(139.524)	(27.243)	-	
Ajuste de marcação a mercado - hedge accounting	(1.721)	(1.041)	(2.089)	(3.287)	
Outras despesas financeiras	(22.755)	(8.852)	(12.818)	(4.576)	
	(253.193)	(461.111)	(100.220)	(103.366)	
Resultado financeiro líquido	(147.755)	(183.580)	(44.845)	(54.412)	



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

29. Informações por segmento

Em função de prestar unicamente serviços de transporte de carga na malha sudeste, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

A Companhia possui certo grau de dependência de seus principais clientes, composta especialmente por seus acionistas. A receita por cliente está assim representada:

	Período de nove meses findo		Período de três meses findo	
Principais Clientes	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016	Em 30 de setembro de 2017	Em 30 de setembro de 2016
Vale S.A.	1.285.532	1.258.888	437.022	448.683
Companhia Siderúrgica Nacional	241.060	162.616	76.826	64.700
Mineração Usiminas S.A.	7.094	16.971	7.094	_
CSN Mineração S.A.	438.703	499.346	158.119	174.290
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	100.790	79.439	36.275	33.539
Gerdau S.A.	1.424	946	663	287
Gerdau Açominas S.A.	95.019	81.209	39.179	31.477
Gerdau Aços Longos S.A.	9.038	6.357	3.730	2.471
Gerdau Aços Especiais	101	-	67	-
Ferrovia Centro Atlântica	37.590	28.549	15.622	10.589
VLI Multimodal	122	772	-	-
Companhia Metalúrgica Prada	1	1	-	1
Confab Industrial S.A.	2.055	110	1.564	7
Outros	651.278	599.559	220.224	218.037
<u>-</u>	2.869.807	2. 734.763	996.385	984.081

A Companhia não presta serviços para clientes no mercado externo por possuir área de atuação delimitada à malha sudeste, conforme estabelecido no contrato de concessão.

30. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	31 de março de 2018	203.378	9.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de agosto de 2018	30.000	750
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de outubro de 2018	45.000	200



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Observações:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.



Notas explicativas da Administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Luis Fernando Barbosa Martinez

Presidente

Alejandro Daniel Laiño

Elder Rapachi

Enéas Garcia Diniz

Fábio Costa Brasileiro da Silva

Fernando César Paim

Giane Luza Zimmer Freitas

Luiz Gustavo Garioli Gouvea

Pedro Gutemberg Quariguasi Netto

Wilfred Theodoor Bruijn

Membros da Diretoria Executiva

Guilherme Segalla de Mello Diretor Presidente, Comercial e de Operações

Alexandre Claro Fleischhauer Diretor de Engenharia e de Manutenção

Félix Lopez Cid Diretor de Recursos Humanos

Fabrícia Gomes de Souza Diretora de Finanças e de Desenvolvimento

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias Olivio Henrique Rocha Martins Luiz Gustavo Bambini de Assis